

Roubo Derivativo

O Brasil já tinha fama internacional de país da impunidade. Nos filmes, o ladrão costuma fugir para um paraíso tropical — imagens do Brasil ao fundo. Mas, o banqueiro estrangeiro que acompanhar o escândalo dos precatórios ficará abismado com os números astronômicos das fraudes, roubos e *caixa dois* dos operadores tupiniquins.

O secular Barings Bank, o banco de investimento da rainha da Inglaterra, faliu, vergado por prejuízo de 1 bilhão de dólares causado por um jovem e obscuro operador nos mercados futuros (derivativos) radicado na filial de Cingapura. Pois as quantias reveladas nos depoimentos da CPI do Senado deixam o caso do Barings no chinelo.

O saldo dos precatórios emitidos (verdadeiros ou inflados pela quadrilha de Wagner Batista Ramos, com conhecimento dos secretários estaduais e municipais de finanças, mas legais, pois foram autorizados pelo Senado) passa de R\$ 3 bilhões. Até o momento, as fraudes nas emissões que deveriam estar vinculadas ao pagamento de dívidas executadas pela Justiça (precatórios) passam dos R\$ 600 milhões.

É espantoso, porém, o volume de dinheiro lavado para premiar funcionários públicos, remunerar os cabeças da operação e os *laranjas*, que se prestaram como testas-de-ferro no sumiço do dinheiro via mercado paralelo, mediante remessas de doleiros para o Paraguai, daí tomando o caminho dos paraísos fiscais do Caribe ou da Ilha da Madeira, onde as contas numeradas falam português.

Tudo bem que o longo período inflacionário tenha banalizado a quantia do milhão e do bilhão no país, com farta distribuição de zeros. As fraudes bancárias japoneses chegam a ser até modestas diante do *know-how* brasileiro na área: se a filial do Daiwa Bank em Nova

Iorque aninhou prejuízo de 1 bilhão de dólares durante seis anos, o Nacional superou largamente a marca, escondendo prejuízos por 10 anos até chegar a 7 bilhões de dólares.

Desconte-se a tradição de promiscuidade entre os negócios públicos e privados, que gerou fortunas à sombra do Estado, levando os novos milionários a manter segunda frota de aviões particulares do mundo para seguir os negócios pelo país. Idem a movimentação de contas milionárias (nos Estados Unidos os bancos devem informar às autoridades sobre qualquer movimentação acima de US\$ 10 mil) e a compra de ilhas e mansões por “apenas quarenta mil reais e mais vinte na reforma”.

Mas os participantes do esquema para enganar o Fisco simulando prejuízos em contratos futuros derivados de outros títulos (operações com juros prefixados *versus* operações em dólar) superaram todas as marcas. Fala-se em lucros de R\$ 148 milhões no mercado de títulos públicos e prejuízos de R\$ 147,5 milhões no mercado de derivativos com a mesma cara impassível do jogador de pôquer em pleno blefe, como se tudo não fosse jogo de cartas marcadas para enganar a Receita, que agora está chamando todos a pagar, com multa, o que sonegaram.

A sensação de impunidade nos grandes golpes tinha ficado como marca do governo Collor: o ministro do Trabalho, Rogério Magri, foi condenado por ter recebido US\$ 30 mil que “caíram do céu”, mas PC Farias deu festa comemorando o primeiro bilhão (de dólares) e só foi preso por sonegação fiscal. Mas, embora as revelações da CPI realimentem os roteiristas de filmes, o país está mudando. Quanto mais rápido vierem condenações exemplares para os ladrões e fraudadores de dinheiro público, mais cedo estará sendo rodado um novo filme sobre o Brasil.